

Brasil pode voltar ao confronto

BRASÍLIA — O Brasil poderá retomar a posição de confronto com o sistema financeiro internacional e voltar a suspender o pagamento dos juros da dívida externa a partir de janeiro. Tudo dependerá do encaminhamento das negociações com os bancos credores estrangeiros e do fechamento de um acordo definitivo favorável ao país, garantiu ontem o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, acrescentando que o retorno brasileiro ao Fundo Monetário Internacional (FMI) só ocorrerá se houver avanços significativos na questão da dívida em relação aos acordos conseguidos pelo México e pela Argentina.

Para Bresser Pereira — que admitiu que o acordo com os credores implicou a suspensão temporária da moratória por três meses —, esses avanços passam obrigatoriamente pela aceitação, por parte dos bancos, da tese brasileira de securitização da dívida (transformação de parte do devido em títulos brasileiros).

Bresser também quer, necessariamente, o refinanciamento dos juros por três anos, além da fixação de um teto para as taxas de juros e a desvinculação do desembolso dos bancos ao cumprimento de metas exigidas pelo FMI.

— Sem esses pontos não faremos outro acordo — assegurou Bresser, acrescentando: “estamos negociando honestamente e de boa fé. Então, eles (os credores) precisam fazer o mesmo. As concessões precisam ser feitas mutuamente”.

O ministro Bresser Pereira explicou que as concessões brasileiras já foram feitas, com o fechamento do acordo provisório com os credores, o qual, entre outros pontos, prevê a possibilidade da volta do Brasil ao FMI (exigência básica dos banqueiros) e suspende, temporariamente, a moratória brasileira.

— A alternativa seria o confronto, mas essa é uma posição unilateral que não nos interessa — argumentou o ministro.